



PLANO DE AÇÃO 2026

“UMF/TJCE em Movimento: Percursos de Justiça, Redes de Cuidados e Tecnologias em Direitos Humanos”

UMF - TJCE

Fortaleza, 10 de abril de 2026

Apresentação

Conforme sabido, o projeto “UMF/TJCE em Movimento: Percursos de Justiça, Redes de Cuidados e Tecnologias em Direitos Humanos” está estruturado em cinco eixos. Nesse contexto, com o objetivo de consolidar o plano de ação para o ano de 2026, a UMF/TJCE elaborou um conjunto de planos específicos — posteriormente avaliados pela SEGOV — que, em conjunto, estruturam o presente plano.

Diante disso, a seguir, apresentam-se os eixos, suas respectivas sínteses estratégicas, as ações a serem executadas em cada um deles, bem como as tarefas, observações, datas de início e término e responsáveis.

Ressalta-se que, embora se trate de sua versão mais atualizada, o plano poderá, a qualquer tempo, sofrer adaptações, conforme as dinâmicas de implementação e as deliberações de seus responsáveis.

UMF/TJCE

EIXO	SÍNTESE ESTRATÉGICA POR EIXO	AÇÃO	TAREFAS	OBSERVAÇÕES E DATA DE INÍCIO	DATA DO TÉRMINO	RESPONSÁVEIS
-------------	---	-------------	----------------	---	----------------------------	---------------------

<p>Eixo 1 — Comunicação, Memória e Educação em Direitos Humanos</p>	<p>Observações estratégicas</p> <p>Este eixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dialoga diretamente com o Eixo 5 <p>Fortalece a memória institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transforma ações em conteúdo formativo permanente - Amplia o alcance social do TJCE - Consolida cultura institucional em Direitos Humanos 	<p>AÇÃO 1 —</p> <p>Estruturar a política de comunicação em Direitos Humanos do TJCE</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir diretrizes institucionais de comunicação em Direitos Humanos; 2. Alinhar a estratégia com a ASCOM e com o planejamento estratégico do TJCE 2030; 3. Identificar públicos prioritários (interno, externo e interinstitucional); 4. Criar identidade visual e linguagem institucional do eixo; 5. Elaborar plano anual de comunicação; 6. Definir calendário de campanhas temáticas. <p>Salienta-se que já foi estruturado um calendário semestral com destaque</p>	<p>No que concerne a esse eixo, ele já foi iniciado, inclusive com a disponibilização do Plano Semestral de Comunicação. Assim, as etapas seguintes consistirão no acompanhamento das publicações, matérias e pautas, em diálogo com as datas do calendário de direitos humanos.</p> <p>Contudo, o projeto será acompanhado ao longo de um ano.</p>		
--	---	--	---	---	--	--

			<p>para datas relevantes em Direitos Humanos, contemplando, inclusive, sugestões de postagens e estratégias de divulgação.</p> <ol style="list-style-type: none">7. Criar banco de conteúdos institucionais;8. Estabelecer fluxo de produção e validação de materiais;9. Monitorar alcance e engajamento das ações.	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves e a assessoria da UMF.</p>
--	--	--	--	--	----------------------------	---

<p>Eixo 1 — Comunicação, Memória e Educação em Direitos Humanos</p>		<p>AÇÃO 2 — Preservar e sistematizar a memória institucional em Direitos Humanos</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Mapear projetos, eventos e marcos históricos da atuação do TJCE em Direitos Humanos;2. Organizar acervo documental (textos, fotos, vídeos, registros institucionais);3. Criar linha do tempo institucional;4. Realizar entrevistas e registros de memória com atores institucionais;5. Produzir publicações (relatórios, cadernos, séries temáticas);6. Criar repositório digital de memória em Direitos Humanos;7. Integrar a memória institucional aos	<p>Abril/2026 Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis: Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves e a assessoria da UMF.</p>
--	--	--	--	--	----------------------------	---

- | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | <p>canais oficiais do TJCE;</p> <p>8. Atualizar periodicamente o acervo;</p> <p>9. Incentivar unidades a registrarem suas práticas e experiências.</p> <p>10. Promover a indicação periódica de livros, documentários, filmes e séries que dialoguem com a pauta de direitos humanos, como estratégia de sensibilização, formação continuada e ampliação do debate público.</p> | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

			<p>Trata-se de um dos eixos mais consolidados do projeto até o momento.</p>			
--	--	--	--	--	--	--

EIXO 2
Formação,
Diálogo e
Sensibilização;

Subeixo 2.1 -
Diálogo com a
Sociedade

Eixo é voltado à promoção de escuta qualificada, fortalecimento da cultura de Direitos Humanos e desenvolvimento de competências técnicas e humanísticas da magistratura, articulando sociedade civil, territórios e formação judicial.

Organizando-se em **duas frentes complementares**

AÇÃO 1 —
Desenvolver ações formativas e educativas em Direitos Humanos

1. Levantar demandas formativas internas e externas;
2. Alinhar com o Centro de Formação de Servidores;
3. Definir trilhas formativas em Direitos Humanos;
4. Planejar cursos, oficinas e seminários;
5. Convidar especialistas e instituições parceiras;
6. Produzir materiais pedagógicos;
7. Inserir conteúdos nas formações institucionais regulares;
8. Ofertar formações para o público externo quando pertinente;

Destaca-se que, assim como o eixo anterior, o presente já teve início com algumas ações; contudo, é de suma importância que novas iniciativas se somem para fortalecer as frentes já existentes.

Abril/2026
Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.

Janeiro/2027

Responsáveis:

Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do **Juiz Ricardo de Araújo Barreto** e da assessoria da UMF.

- | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | <p>9. Avaliar impacto das ações formativas;</p> <p>10. Certificar participantes e registrar as formações realizadas.</p> | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

<p>EIXO 2 Formação, Diálogo e Sensibilização</p> <p>Subeixo 2.1 - Diálogo com a Sociedade</p>	<p>Observação estratégica do subeixo 2.1</p> <p>As experiências e escutas realizadas neste subeixo devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subsidiar formações do subeixo 2; <p>Ampliar repertório da magistratura;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aproximar decisões judiciais da realidade social <p>Fortalecer a sensibilidade institucional</p>	<p>AÇÃO 2 —</p> <p>Realizar rodas de conversa e espaços de escuta com a sociedade civil</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mapear organizações da sociedade civil, movimentos sociais e lideranças comunitárias; 2. Definir territórios e públicos prioritários; 3. Elaborar metodologia de rodas de conversa presenciais e virtuais; 4. Construir calendário anual de encontros; 5. Articular participação de magistradas(os) e servidoras(es), estagiárias(os), colaboradoras(es) e terceirizadas(os); 6. Realizar os encontros da UMF em movimento com os territórios, 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do Juiz Ricardo de Araújo Barreto e da assessoria da UMF.</p>
---	--	--	--	--	----------------------------	--

			<p>projetos e ações em direitos humanos.</p> <ol style="list-style-type: none">7. Registrar as discussões e encaminhamentos;8. Sistematizar as contribuições recebidas;9. Produzir relatórios de escuta institucional;10. Compartilhar os resultados com as unidades do TJCE.			
--	--	--	--	--	--	--

EIXO 2
Formação,
Diálogo e
Sensibilização;

Subeixo 2.1 -
Diálogo com a
Sociedade

AÇÃO 3 —
Promover mesas de
diálogo e encontros
territoriais em
contextos de
vulnerabilidade

1. Identificar unidades prisionais, centros socioeducativos e equipamentos sociais prioritários;
2. Articular com instituições gestoras desses espaços;
3. Definir formato dos encontros territoriais;
4. Elaborar cronograma de visitas institucionais;
5. Preparar materiais educativos em direitos humanos;
6. Realizar mesas de diálogo e visitas;
7. Registrar demandas e percepções;
8. Produzir relatórios territoriais;
9. Encaminhar demandas às áreas competentes;

Abril/2026

Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.

Janeiro/2027

Responsáveis:

Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do **Juiz Ricardo de Araújo Barreto** e da assessoria da UMF.

			10. Monitorar desdobramentos institucionais.			
--	--	--	--	--	--	--

EIXO 2
Formação,
Diálogo e
Sensibilização;

Subeixo 2.1 -
Diálogo com a
Sociedade

AÇÃO 4 —
Fortalecer a
cidadania e a
educação em
Direitos Humanos
nos territórios

1. Produzir materiais informativos acessíveis;
2. Desenvolver oficinas educativas;
3. Divulgar mecanismos de proteção de direitos;
4. Estimular participação comunitária;
5. Articular com escolas, universidades e coletivos locais;
6. Realizar ações educativas nos territórios;
7. Avaliar compreensão e impacto das atividades;
8. Atualizar conteúdos formativos conforme demandas;

Abril/2026

Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.

Janeiro/2027

Responsáveis:

Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do **Juiz Ricardo de Araújo Barreto** e da assessoria da UMF.

			9. Integrar ações com outros eixos do projeto.			
--	--	--	--	--	--	--

EIXO 2
Formação,
Diálogo e
Sensibilização;

Subeixo 2.1 -
Diálogo com a
Sociedade

AÇÃO 5 —
Implementar
processos de escuta
ativa e
sistematização de
experiências

1. Criar metodologia de escuta institucional;
2. Definir instrumentos de registro;
3. Sistematizar narrativas e demandas;
4. Identificar padrões e recorrências;
5. Produzir relatórios analíticos;
6. Encaminhar subsídios para inovação institucional;
7. Compartilhar achados com a magistratura;
8. Integrar dados ao planejamento da UMF;
9. Atualizar periodicamente os registros.

Abril/2026

Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.

Janeiro/2027

Responsáveis:

Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do **Juiz Ricardo de Araújo Barreto** e da assessoria da UMF.

<p>EIXO 2 Formação, Diálogo e Sensibilização;</p> <p>Subeixo 2.1 - Diálogo com a Sociedade</p>		<p>AÇÃO 6 —</p> <p>Produzir e difundir conteúdos educativos e institucionais</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar séries de conteúdos sobre Direitos Humanos; 2. Produzir vídeos, cartilhas e materiais digitais; 3. Divulgar campanhas temáticas em datas estratégicas; 4. Articular com escolas, universidades e instituições parceiras; 5. Utilizar redes sociais e canais institucionais; 6. Promover rodas de conversa e eventos educativos; 7. Estimular participação de servidores e magistrados; 8. Monitorar alcance das publicações; 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do Juiz Ricardo de Araújo Barreto e da assessoria da UMF.</p>
--	--	---	--	--	----------------------------	--

			9. Atualizar conteúdos conforme demandas emergentes.			
--	--	--	--	--	--	--

<p>EIXO 2 Formação, Diálogo e Sensibilização;</p> <p>Subeixo 2.2 Formação em Direitos Humanos para a Magistratura</p>		<p>AÇÃO 7 — Institucionalizar e ampliar o alcance das iniciativas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa; 2. Inserir conteúdos em eventos institucionais; 3. Criar relatórios anuais de comunicação e educação em Direitos Humanos; 4. Avaliar impactos institucionais; 5. Revisar estratégias periodicamente; 6. Consolidar banco de boas práticas educativas; 7. Garantir continuidade das ações ao longo dos anos. 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do Juiz Ricardo de Araújo Barreto e da assessoria da UMF.</p>
--	--	--	---	--	----------------------------	--

<p>EIXO 2 Formação, Diálogo e Sensibilização;</p> <p>Subeixo 2.2 Formação em Direitos Humanos para a Magistratura</p>	<p>Síntese estratégica do eixo</p> <p>Este eixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aproxima Judiciário e sociedade - Qualifica decisões judiciais - Amplia repertório humanístico - Fortalece perfil interamericano da magistratura 	<p>AÇÃO 1 — Realizar cursos, palestras e seminários em Direitos Humanos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantar necessidades formativas da magistratura; 2. Definir trilhas formativas; 3. Alinhar com a ESMEC; 4. Elaborar planos de curso; 5. Convidar especialistas nacionais e internacionais (Com ampla antecedência, a fim de garantir a presença e o pagamento de recursos, nos casos em que se aplicar); 6. Realizar cursos introdutórios e avançados; 7. Promover seminários temáticos; 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do Juiz Ricardo de Araújo Barreto e da assessoria da UMF.</p>
--	---	--	---	--	----------------------------	--

	<p>- Transforma escuta social em formação institucional</p>		<p>8. Certificar participantes; 9. Registrar e avaliar as formações; 10. Atualizar conteúdos periodicamente.</p>			
--	---	--	--	--	--	--

EIXO 2
Formação,
Diálogo e
Sensibilização;

Subeixo 2.2
Formação em
Direitos Humanos
para a Magistratura

AÇÃO 2 —
Incorporar
parâmetros
internacionais de
Direitos Humanos
na atividade
jurisdicional

1. Desenvolver conteúdos sobre Sistema Interamericano;
2. Produzir materiais de apoio à magistratura;
3. Realizar oficinas práticas;
4. Elaborar guias e manuais;
5. Promover estudos de caso;
6. Estimular aplicação em decisões judiciais;
7. Monitorar aderência aos parâmetros internacionais;
8. Atualizar materiais conforme jurisprudência.

Abril/2026

Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.

Janeiro/2027

Responsáveis:

Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do **Juiz Ricardo de Araújo Barreto** e da assessoria da UMF.

<p>EIXO 2 Formação, Diálogo e Sensibilização;</p> <p>Subeixo 2.2 Formação em Direitos Humanos para a Magistratura</p>		<p>AÇÃO 3 — Desenvolver protocolos e práticas institucionais</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mapear lacunas institucionais; 2. Elaborar minutas de protocolos; 3. Validar com áreas técnicas; 4. Submeter à aprovação institucional; 5. Divulgar protocolos; 6. Realizar formações sobre aplicação; 7. Monitorar implementação; 8. Revisar periodicamente os instrumentos. 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do Juiz Ricardo de Araújo Barreto e da assessoria da UMF.</p>
---	--	---	---	--	----------------------------	--

<p>EIXO 2 Formação, Diálogo e Sensibilização;</p> <p>Subeixo 2.2 Formação em Direitos Humanos para a Magistratura</p>		<p>AÇÃO 4 — Formar magistradas(os) sobre responsabilização internacional do Estado</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produzir conteúdos específicos; 2. Realizar cursos sobre decisões do Sistema Interamericano; 3. Promover debates sobre casos concretos; 4. Analisar impactos no Brasil; 5. Estimular aplicação prática; 6. Registrar participação; 7. Avaliar impacto formativo; 8. Utilizar as experiências vividas nos territórios e nas interações institucionais como base para a produção de conteúdo qualificado para a compreensão da realidade e de seus 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do Juiz Ricardo de Araújo Barreto e da assessoria da UMF.</p>
---	--	---	--	--	----------------------------	--

			múltiplos atravessamentos.			
--	--	--	-------------------------------	--	--	--

EIXO 2
Formação,
Diálogo e
Sensibilização;

Subeixo 2.2
Formação em
Direitos Humanos
para a Magistratura

AÇÃO 5 —
Analisar matrizes
estruturais de
violação de direitos

1. Selecionar temas prioritários;
2. Promover estudos de caso;
3. Articular com pesquisadores;
4. Produzir relatórios analíticos;
5. Integrar resultados às formações;
6. Estimular reflexão crítica;
7. Incorporar aprendizados às práticas judiciais.

Abril/2026

Demarcando o início da
implementação do Plano
de Ação.

Janeiro/2027

Responsáveis:

Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do **Juiz Ricardo de Araújo Barreto** e da assessoria da UMF.

<p>EIXO 2 Formação, Diálogo e Sensibilização;</p> <p>Subeixo 2.2 Formação em Direitos Humanos para a Magistratura</p>		<p>AÇÃO 6 — Criar sistema de monitoramento e indicadores</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir indicadores de formação; 2. Criar banco de dados de participantes; 3. Monitorar número de cursos realizados; 4. Monitorar magistradas(os) capacitados; 5. Avaliar impacto das formações; 6. Produzir relatórios anuais; 7. Revisar metas e estratégias. 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, com apoio do Juiz Ricardo de Araújo Barreto e da assessoria da UMF.</p>
---	--	---	--	--	----------------------------	--

**Eixo 3 –
Articulação
Interinstitucional,
Parcerias e
Disseminação de
Boas Práticas**

Este eixo tem por finalidade consolidar a cooperação interinstitucional como estratégia estruturante para a ampliação da proteção de direitos e para a qualificação das respostas do sistema de justiça, em consonância com o Protocolo de Atuação das UMFs Locais e da UMF/TJCE, fortalecendo a **UMF/TJCE em Movimento** como polo de articulação, difusão e inovação institucional.

**AÇÃO 1 —
Fortalecer parcerias
institucionais e
acordos de
cooperação**

1. Mapear instituições estratégicas do sistema de justiça, universidades e sociedade civil;
2. Identificar agendas e temas prioritários de atuação conjunta;
3. Realizar reuniões iniciais de articulação institucional;
4. Elaborar minutas de acordos de cooperação técnica;
5. Submeter os instrumentos à validação institucional;
6. Formalizar parcerias e termos de cooperação;
7. Definir pontos focais em cada instituição parceira;

As articulações interinstitucionais constituem base fundante do trabalho da UMF/TJCE; contudo, busca-se sua ampliação contínua, com a expansão das frentes de atuação, a intensificação das interações e o fortalecimento da presença institucional, de modo a ampliar capilaridade e alcance. Nesse sentido, propõe-se o diálogo com outras UMFs do estado e do Nordeste, com a apresentação de projetos, ações e do cumprimento dos protocolos do CNJ, abrindo campos para a troca de

			<ol style="list-style-type: none">8. Criar plano de trabalho conjunto com metas e prazos;9. Monitorar a execução dos acordos firmados;10. Atualizar e ampliar periodicamente a rede de parcerias (A cada 6 meses).	<p>experiências e o desenvolvimento de novas iniciativas.</p> <p>Abril/2026 Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Desembargador Francisco Eduardo Torquato Scorsafava e sua assessoria da UMF/TJCE.</p>
--	--	--	--	---	----------------------------	--

<p>Eixo 3 – Articulação Interinstitucional, Parcerias e Disseminação de Boas Práticas</p>	<p>Síntese estratégica do eixo: - Fortalece a UMF/TJCE como polo articulador.</p> <p>Amplia redes de cooperação e cuidado</p> <p>- Promove circulação de saberes</p> <p>- Dissemina metodologias e boas práticas</p> <p>- Integra diretrizes nacionais e práticas locais.</p> <p>Qualifica respostas institucionais em direitos humanos</p>	<p>AÇÃO 2 — Realizar reuniões técnicas e estratégicas interinstitucionais</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar calendário de reuniões periódicas; 2. Definir pautas estratégicas e temas prioritários; 3. Convidar instituições parceiras e áreas técnicas; 4. Realizar reuniões de alinhamento de fluxos e procedimentos; 5. Registrar encaminhamentos e responsabilidades; 6. Monitorar cumprimento dos acordos estabelecidos 7. Promover reuniões de avaliação de resultados; 8. Sistematizar decisões e aprendizados; 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Desembargador Francisco Eduardo Torquato Scorsafava e sua assessoria da UMF/TJCE.</p>
--	---	--	---	--	----------------------------	--

- | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | <p>9. Compartilhar atas e relatórios com as instituições envolvidas;</p> <p>10. Garantir continuidade e coerência das ações conjuntas.</p> | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

**Eixo 3 –
Articulação
Interinstitucional,
Parcerias e
Disseminação de
Boas Práticas**

**AÇÃO 3 —
Disseminar
metodologias e
diretrizes das
UMFs.**

1. Sistematizar metodologias e experiências da UMF/TJCE;
2. Integrar diretrizes do Protocolo de Atuação das UMFs Locais;
3. Produzir materiais institucionais de orientação;
4. Realizar apresentações institucionais para parceiros;
5. Promover encontros de disseminação metodológica;
6. Articular com a UMF/CNJ para alinhamento nacional;
7. Divulgar experiências por meio do UMF/TJCE em Movimento;

Abril/2026

Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.

Janeiro/2027

Responsáveis:

Desembargador
**Francisco Eduardo
Torquato Scorsafava** e
sua assessoria da
UMF/TJCE.

- | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | <ol style="list-style-type: none">8. Produzir relatórios técnicos de práticas e resultados;9. Disponibilizar conteúdos em plataformas institucionais;10. Atualizar materiais conforme evolução das práticas e atuações oriundas do Conselho Nacional de Justiça. A exemplo disso, o atual Protocolo de Atuação das UMFs locais para a Promoção dos Direitos Humanos. | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

<p>Eixo 3 – Articulação Interinstitucional, Parcerias e Disseminação de Boas Práticas</p>		<p>AÇÃO 4 — Compartilhar experiências e boas práticas</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar práticas exitosas em Direitos Humanos e justiça social;2. Criar banco institucional de boas práticas;3. Produzir relatórios e estudos de caso;4. Realizar encontros de compartilhamento de experiências;5. Promover apresentações institucionais;6. Divulgar práticas em canais oficiais;7. Incentivar replicação de metodologias;8. Monitorar aplicação em outros contextos;	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Desembargador Francisco Eduardo Torquato Scorsafava e sua assessoria da UMF/TJCE.</p>
--	--	--	---	--	----------------------------	--

- | | | | | | | |
|--|--|--|---|--|--|--|
| | | | <p>9. Atualizar continuamente o banco de práticas;</p> <p>10. Integrar boas práticas ao planejamento institucional.</p> | | | |
|--|--|--|---|--|--|--|

<p>Eixo 3 – Articulação Interinstitucional, Parcerias e Disseminação de Boas Práticas</p>		<p>AÇÃO 5 — Criar espaços permanentes de troca de saberes institucionais</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituir fóruns permanentes de diálogo interinstitucional; 2. Promover rodas de troca entre instituições parceiras; 3. Estimular aprendizagem mútua e cooperação técnica; 4. Registrar conhecimentos compartilhados; 5. Sistematizar metodologias colaborativas; 6. Incentivar produção conjunta de conteúdos; 7. Integrar redes nacionais de UMFs; 8. Promover encontros formativos conjuntos; 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Desembargador Francisco Eduardo Torquato Scorsafava e sua assessoria da UMF/TJCE.</p>
--	--	---	--	--	----------------------------	--

- | | | | | | | |
|--|--|--|---|--|--|--|
| | | | <p>9. Avaliar impacto das trocas institucionais;</p> <p>10. Consolidar rede contínua de aprendizagem.</p> | | | |
|--|--|--|---|--|--|--|

<p>Eixo 3 – Articulação Interinstitucional, Parcerias e Disseminação de Boas Práticas</p>		<p>AÇÃO 6 — Desenvolver ações conjuntas e cooperação técnica intersetorial</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar demandas que exigem atuação intersetorial;2. Planejar iniciativas conjuntas com parceiros;3. Definir fluxos integrados de atendimento;4. Elaborar planos de ação compartilhados;5. Implementar projetos interinstitucionais;6. Monitorar execução das ações;7. Avaliar resultados alcançados;8. Ajustar fluxos e estratégias;9. Registrar aprendizados e desafios;	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Desembargador Francisco Eduardo Torquato Scorsafava e sua assessoria da UMF/TJCE.</p>
--	--	---	---	--	----------------------------	--

			10. Consolidar respostas coordenadas de proteção de direitos.			
--	--	--	---	--	--	--

**Eixo 3 –
Articulação
Interinstitucional,
Parcerias e
Disseminação de
Boas Práticas**

AÇÃO 7 -
Fomentar inovação
institucional e
aprendizagem
contínua

1. Mapear soluções inovadoras em outros tribunais e instituições;
2. Realizar benchmark institucional;
3. Promover laboratórios de inovação em direitos humanos;
4. Testar metodologias colaborativas;
5. Desenvolver instrumentos de monitoramento e avaliação;
6. Avaliar impacto das inovações implementadas;
7. Ajustar práticas institucionais conforme resultados;
8. Incentivar cultura de aprendizagem contínua;
9. Produzir relatórios de inovação institucional;

Abril/2026

Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.

Janeiro/2027

Responsáveis:

Desembargador
**Francisco Eduardo
Torquato Scorsafava** e
sua assessoria da
UMF/TJCE.

			10. Integrar aprendizados ao planejamento estratégico.			
--	--	--	--	--	--	--

<p>Eixo 4 – Justiça, Literatura e Humanização</p>	<p>Este eixo nasce da experiência exitosa do Workshop “Literatura, Justiça e Liberdade” (2025) e reconhece a literatura, a leitura e a escrita como instrumentos estratégicos de promoção dos direitos humanos, humanização das práticas institucionais e ampliação dos sentidos de justiça.</p> <p>Parte da compreensão de que ler e escrever são direitos humanos, meios</p>	<p>AÇÃO 1 — Incentivar a leitura e a formação de leitores</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mapear públicos prioritários internos e externos; 2. Selecionar obras com foco em Direitos Humanos e diversidade; 3. Criar calendário anual de campanhas de leitura; 4. Instituir círculos de leitura presenciais e virtuais; 5. Desenvolver campanhas institucionais de incentivo à leitura; 6. Articular parcerias com bibliotecas, universidades e coletivos culturais; 7. Disponibilizar listas temáticas e guias de leitura; 8. Registrar participação e 	<p>As ações desse eixo tiveram início no dia 30 de janeiro de 2026, em atividade realizada na Unidade Socioeducativa Aldaci Barbosa Mota. Na ocasião, as(os) adolescentes foram convidadas(os), por meio da escrita, a refletir sobre seus sentimentos, sonhos e desejos, sendo, assim, promovido um espaço de escrevivência.</p> <p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juíza Luciana Teixeira de Souza, com apoio da Juíza Leopoldina de Andrade Fernandes e do Juiz Felipe Augusto Rola Pergentino Maia e assessoria da UMF/TJCE.</p>
--	---	--	---	--	----------------------------	--

de acesso à cidadania, à expressão, à memória e à participação social, fortalecendo a cultura de dignidade, equidade e justiça.

- percepções dos participantes;
9. Avaliar impacto formativo das atividades;
 10. Atualizar acervo e repertórios periodicamente.

<p>Eixo 4 – Justiça, Literatura e Humanização</p>	<p>Síntese estratégica do eixo</p> <p>Este eixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Humaniza o sistema de justiça por meio da arte e da literatura; - Fortalece a leitura e a escrita como direitos humanos; - Amplia o repertório crítico da magistratura; - Ocupa espaços de disputa de narrativas em direitos humanos; - Promove acesso à 	<p>AÇÃO 2 - Realizar oficinas de escrita criativa e práticas de escrevivências</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir metodologia das oficinas; 2. Convidar facilitadoras(es) com experiência em literatura e direitos humanos; 3. Selecionar territórios e públicos prioritários; 4. Produzir materiais de apoio pedagógico; 5. Realizar oficinas presenciais e virtuais; 6. Estimular produção de narrativas autorais; 7. Promover espaços seguros de escuta sensível; 8. Sistematizar textos produzidos (mediante autorização); 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juíza Luciana Teixeira de Souza, com apoio da Juíza Leopoldina de Andrade Fernandes e do Juiz Felipe Augusto Rola Pergentino Maia e assessoria da UMF/TJCE.</p>
--	--	---	--	--	----------------------------	--

cultura em contextos de vulnerabilidade e;

- Consolida uma justiça mais plural, sensível e democrática.

9. Organizar coletâneas ou publicações institucionais;
10. Avaliar resultados formativos e subjetivos.

<p>Eixo 4 – Justiça, Literatura e Humanização</p>		<p>AÇÃO 3 — Promover mediações literárias e rodas de diálogo cultural</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir temas articulando literatura, justiça e direitos humanos; 2. Selecionar obras e autoras(es) para debate; 3. Organizar encontros intergeracionais; 4. Articular participação de magistradas(os) e servidoras(es); 5. Realizar rodas de diálogo cultural; 6. Registrar reflexões e aprendizados; 7. Produzir sínteses institucionais dos debates; 8. Integrar aprendizados às formações da magistratura; 9. Divulgar os encontros nos canais oficiais; 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juíza Luciana Teixeira de Souza, com apoio da Juíza Leopoldina de Andrade Fernandes e do Juiz Felipe Augusto Rola Pergentino Maia e assessoria da UMF/TJCE.</p>
--	--	--	---	--	----------------------------	--

			10. Manter calendário contínuo de mediações.			
--	--	--	--	--	--	--

<p>Eixo 4 – Justiça, Literatura e Humanização</p>		<p>AÇÃO 4 — Desenvolver atividades culturais em contextos de vulnerabilidade social</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mapear centros socioeducativos, unidades prisionais e espaços de convivência da população em situação de rua; 2. Articular com gestores locais e parceiros institucionais; 3. Planejar ações culturais adequadas ao contexto; 4. Levar círculos de leitura e oficinas aos territórios; 5. Produzir materiais acessíveis e inclusivos; 6. Garantir abordagem humanizada e respeitosa; 7. Registrar experiências e aprendizados; 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juíza Luciana Teixeira de Souza, com apoio da Juíza Leopoldina de Andrade Fernandes e do Juiz Felipe Augusto Rola Pergentino Maia e assessoria da UMF/TJCE.</p>
--	--	--	---	--	----------------------------	--

- | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | <ol style="list-style-type: none">8. Monitorar impacto social das ações;9. Integrar resultados ao planejamento institucional;10. Ampliar progressivamente os territórios alcançados. | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

<p>Eixo 4 – Justiça, Literatura e Humanização</p>		<p>AÇÃO 5 — Sistematizar e difundir experiências e narrativas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar metodologia de registro das atividades culturais; 2. Organizar banco institucional de narrativas e práticas; 3. Produzir relatórios técnicos e culturais; 4. Elaborar publicações temáticas; 5. Divulgar experiências nos canais do TJCE; 6. Integrar ações ao eixo de Comunicação e Memória; 7. Apresentar resultados em encontros institucionais; 8. Incentivar replicação das práticas; 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juíza Luciana Teixeira de Souza, com apoio da Juíza Leopoldina de Andrade Fernandes e do Juiz Felipe Augusto Rola Pergentino Maia e assessoria da UMF/TJCE.</p>
--	--	--	--	--	----------------------------	--

- | | | | | | | |
|--|--|--|---|--|--|--|
| | | | <p>9. Atualizar periodicamente os registros;</p> <p>10. Consolidar memória institucional do eixo.</p> | | | |
|--|--|--|---|--|--|--|

<p>Eixo 4 – Justiça, Literatura e Humanização</p>		<p>AÇÃO 6 — Realizar a 2ª edição do Workshop “Literatura, Justiça e Liberdade: UMF em Movimento” (2026)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir comissão organizadora; 2. Estabelecer data em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos (dezembro de 2026); 3. Elaborar programação temática; 4. Convidar palestrantes e mediadoras(es); 5. Articular parcerias institucionais; 6. Divulgar o evento com apoio da ASCOM; 7. Organizar inscrições e logística; 8. Sistematizar resultados apresentados; 9. Produzir relatório final do evento; 10. Integrar encaminhamentos 	<p>Abril/2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Janeiro/2027</p>	<p>Responsáveis:</p> <p>Juíza Luciana Teixeira de Souza, com apoio da Juíza Leopoldina de Andrade Fernandes e do Juiz Felipe Augusto Rola Pergentino Maia e assessoria da UMF/TJCE.</p>
--	--	--	---	--	----------------------------	--

			ao planejamento do ano seguinte.			
--	--	--	----------------------------------	--	--	--

<p>Eixo 5 – Fomento e reconhecimento de ações exitosas em e para a promoção e a defesa dos direitos humanos, no âmbito interno e externo do Poder Judiciário Cearense.</p>	<p>Síntese estratégica do eixo Este eixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valoriza e reconhece iniciativas em direitos humanos; - Estimula a cultura institucional de boas práticas - Promove a difusão de experiências exitosas; - Incentiva a inovação e o aprimoramento contínuo; 	<p>AÇÃO 1 — Coordenar, em nível institucional, a premiação em Direitos Humanos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar o edital do Prêmio TJCE em Direitos Humanos, com definição de objetivos, categorias e critérios gerais; 2. Definir critérios e pontuações para avaliação das iniciativas; 3. Alinhar os critérios à política institucional e aos parâmetros internacionais de direitos humanos; 4. Articular, junto às áreas competentes, o fluxo institucional de execução do prêmio; 5. Preparar e disponibilizar os instrumentos de inscrição; 6. Instituir comissão responsável pela 	<p>Observação:</p> <p>Esta ação inaugura um marco institucional de valorização das práticas em Direitos Humanos no âmbito do TJCE, fortalecendo a cultura de reconhecimento e incentivo às iniciativas alinhadas aos protocolos nacionais e internacionais.</p>		
---	--	---	---	--	--	--

	<p>- Fortalece a atuação do TJCE como referência em direitos humanos.</p>		<p>condução do processo.</p>	<p>Abril/ 2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Novembro/2026</p>	<p>Responsáveis</p> <p>Juiz Marcelo Roseno de Oliveira e assessoria da UMF/TJCE</p>
--	---	--	------------------------------	---	-----------------------------	--

<p>Eixo 5 – Fomento e reconhecimento de ações exitosas em e para a promoção e a defesa dos direitos humanos, no âmbito interno e externo do Poder</p>		<p>AÇÃO 2 — Identificar, mapear e sistematizar ações exitosas</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar benchmark em outros tribunais e instituições parceiras;2. Promover reuniões com equipes de instituições com práticas exitosas;3. Publicar o edital e garantir sua ampla divulgação nos canais			

<p>Judiciário Cearense.</p>			<p>institucionais e para conhecimento da sociedade civil organizada (Abrir inscrições para cadastramento de ações de promoção e defesa dos direitos humanos);</p> <p>4. Coordenar a execução das etapas previstas no edital, assegurando conformidade e transparência.</p>	<p>Abril/ 2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Novembro/2026</p>	<p>Responsáveis</p> <p>Juiz Marcelo Roseno de Oliveira e assessoria da UMF/TJCE</p>
<p>Eixo 5 – Fomento e reconhecimento de ações exitosas em e para a promoção e a defesa dos direitos humanos, no âmbito interno e externo do Poder Judiciário Cearense.</p>		<p>AÇÃO 3 — Avaliar e selecionar as iniciativas</p>	<p>1. Avaliar os projetos, verificando sua aderência aos critérios da política institucional, aos parâmetros internacionais e à incorporação de ações inovadoras em Direitos Humanos;</p> <p>3. Tabular os dados e atribuir pontuação às ações inscritas;</p>			

			<ol style="list-style-type: none">4. Classificar as iniciativas com base nos critérios definidos;4. Compilar e validar as comprovações apresentadas;5. Analisar a pontuação das(os) participantes;4. Selecionar 3 em cada uma das duas categorias;5. Reavaliar os 6 selecionados;6. Escolher 1 projeto por categoria;6. Divulgar o resultado preliminar;7. Receber e analisar recursos;8. Divulgar o resultado definitivo.	<p>Abril/ 2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Novembro/2026</p>	<p>Responsáveis</p> <p>Juiz Marcelo Roseno de Oliveira e assessoria da UMF/TJCE</p>
--	--	--	--	---	-----------------------------	--

<p>Eixo 5 – Fomento e reconhecimento de ações exitosas em e para a promoção e a defesa dos direitos humanos, no âmbito interno e externo do Poder Judiciário Cearense.</p>		<p>AÇÃO 4 — Promover o reconhecimento e a valorização pública.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir data e programação da cerimônia de premiação; 2. Organizar estrutura e fornecedores necessários; 3. Divulgar as ações selecionadas; 4. Organiza a cerimônia, em parceria com a ASCOM; 5. Desenvolver campanha institucional de divulgação das iniciativas reconhecidas; 6. Articular com o Centro de Formação de Servidores a incorporação das práticas premiadas em ações formativas; 7. Promover a noite de Premiação na Esmec. 	<p>Abril/ 2026</p> <p>Demarcando o início da implementação do Plano de Ação.</p>	<p>Novembro/2026</p>	<p>Responsáveis</p> <p>Juiz Marcelo Roseno de Oliveira e assessoria da UMF/TJCE</p>
---	--	---	--	---	-----------------------------	--

--	--	--	--	--	--	--

Gratidão UMF/TJCE/2026